

Senado define pauta de empréstimos

A Mesa do Senado começa a organizar sua pauta de votações a partir da próxima segunda-feira, quando também, está convocada uma sessão para as duas e meia da tarde. Dentre os projetos mais importantes que dependem de votação, estão mais de 100 dispostos sobre empréstimos a estados e municípios.

Deverão ser votados, mas ainda dependem de ser apreciados por comissões temáticas, matérias com indicação de ministro e de embaixadores. A primeira, referente à indicação do ministro do Trabalho Almir Pazzianotto, para o Tribunal Superior do Trabalho, ainda a ser examinada pela Comissão de Justiça do Senado. A outra, para aprovação de mensagens de oito embaixadores brasi-

leiros, em outros países, entre eles, o Canadá.

CONFLITO

Muitos dos projetos em tramitação na Câmara — alguns, inclusive, de 1983 — poderão estar prejudicados de acordo com o disposto no texto da futura Constituição, estabelecendo um conflito, que ainda necessita de análise. Existe um projeto, por exemplo, de 1983, regulando o desenvolvimento urbano e definindo normas sobre a desocupação do solo urbano. A Constituinte criou uma matéria nova, denominada reforma urbana e, portanto, o projeto de lei precisará ser reanalisado — podendo até mesmo ser retirado — para que não se sobreponha ao texto constitucional.

O mesmo ocorre com um projeto de 1985, referente a uma política florestal para a Amazônia. No futuro texto constitucional, o capítulo do meio ambiente trata da questão. E o caso também de projetos do Executivo regulando negociações coletivas de trabalho e até mesmo, o exercício do direito de greve, ou o que dispõe sobre atividades hemoterápicas, "definindo a responsabilidade dos órgãos e agentes que as executam" e instituindo estímulos a doação de sangue. O projeto poderá conflitar com o texto constitucional que vedou a comercialização do sangue e seus derivados, medida que deverá comprometer o funcionamento desses órgãos e agentes.

Até mesmo projetos que estão na ordem do dia da Câmara podem estar

sujeitos a revisão como aqueles enviados pelo Executivo determinando procedimentos para privatização das estatais ou o que dispõe sobre a aposentadoria dos servidores civis da União.

Entre os projetos que tramitam na Câmara, uma curiosidade: um deles datado de março de 1985 dispostos sobre a nomeação de prefeito em município declarado de interesse de segurança nacional. Essa figura não mais existe e, inclusive esses municípios já realizaram eleições diretas para seus prefeitos em 1985. O presidente José Sarney, naquele ano, em sua mensagem convocando as eleições para as prefeituras de capital, extinguiu essas áreas permitindo, assim, a realização de eleições diretas.